

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

DECRETO MUNICIPAL Nº 17.986, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012.

Observação: para a realização de **Eventos nos Parques Urbanos e Praças**, observar o disposto no **CAPÍTULO III – artigos 19 a 25** (ver folhas 10 a 14)

---

DECRETO MUNICIPAL Nº 17.986, DE 24 DE SETEMBRO DE 2012.

Altera o anexo do Decreto nº 11.929, de 9 de março de 1998 – que aprova o **Regulamento dos Parques Municipais** – e revoga o Decreto nº 15.343, de 30 de outubro de 2006 – que dá nova redação ao anexo do Decreto nº 11.929, de 1998 – alterando o Regulamento dos Parques Urbanos e Praças.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

**Art. 1º** Fica alterado o Anexo do Decreto nº 11.929, de 9 de março de 1998, conforme segue:

“REGULAMENTO DOS PARQUES URBANOS E PRAÇAS

TÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º São atribuições da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) administrar o uso e funcionamento dos Parques Urbanos e Praças.

Parágrafo único. As disposições deste regulamento aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, que utilizarem os Parques Urbanos ou Praças para quaisquer finalidades, tais como recreação, lazer e cultura, ou ainda para atividades de caráter institucional, comercial e prestação de serviços.

Art. 2º À Smam cabe conciliar os interesses dos usuários, pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, incentivando a participação da comunidade em programas recreativos, culturais, de esportes, lazer e educação ambiental, assim como a adoção, pela administração, de medidas de preservação do patrimônio natural e cultural.

Parágrafo único. Além das disposições constantes no presente Decreto, fica incumbido ao Município adotar todas as demais medidas que se fizerem necessárias à salvaguarda do interesse público e ambiental.

## TÍTULO II

### Das Normas Administrativas

Art. 3º Os Parques Urbanos e as Praças serão administrados por servidores designados na forma da Lei.

§ 1º Poderá ser designado o mesmo servidor para administração de mais de 1 (um) Parque Urbano ou Praça; e

§ 2º A adoção de equipamentos de lazer, cultura, esportes e recreação, por órgãos e entidades, sua manutenção e conservação, será regido por legislação própria.

Art. 4º Compete à Smam, precipuamente:

I – gerir o uso, funcionamento e fiscalização;

II – apoiar, acompanhar e desenvolver programas de caráter comunitário de lazer, de educação ambiental, de recreação e desportos, em articulação com órgãos municipais afins;

III – promover a participação comunitária através de programas de comunicação e relacionamento com usuários e moradores das zonas circunvizinhas;

IV – providenciar a conservação e manutenção, inclusive das instalações e benfeitorias, tomando as medidas cabíveis junto aos órgãos competentes, preservando os recursos ambientais existentes;

V – coordenar o serviço de zeladoria;

VI – requisitar guarda e segurança perante os órgãos competentes;

VII – estabelecer horário de visitação à área total ou a determinados locais, de acordo com suas finalidades;

VIII – quando se tratar de área cercada, permitir a entrada e saída de usuários, permissionários e outros, somente pelos pontos de acesso determinados;

IX – definir, antes da concessão da autorização emitida pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), pontos onde os autorizados poderão desenvolver suas atividades comerciais ou de serviços, estando estes locais sujeitos a alterações, sempre que necessário, a fim de preservar o interesse público e ambiental;

X – determinar os espaços e trajetos a serem utilizados ou percorridos pelos ambulantes e pelos fornecedores de produtos e serviços;

XI – autorizar a entrada de veículos, em casos especiais, para fins de abastecimento ou outras finalidades, observando-se as diretrizes da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC);

XII – autorizar a realização de qualquer obra ou intervenção que necessitem de energia elétrica, de água canalizada e de esgotos;

XIII – delimitar área nas adjacências das atividades comerciais autorizadas pela SMIC, cuja limpeza deverá ficar sob a responsabilidade dos autorizados; e

XIV – executar atividades correlatas ou que lhe forem delegadas.

Art. 5º Os prédios e demais construções, administrados ou não pela Smam, situados em Parques Urbanos e Praças, poderão ser objeto de convênio com instituições públicas ou privadas, visando à cooperação administrativa para sua preservação, conservação ou recuperação, garantido o interesse público e ambiental.

Parágrafo único. A destinação dos prédios e demais construções, quando não utilizadas, será de responsabilidade da Smam.

## Seção I

### Do Conselho Consultivo

Art. 6º Os Parques Urbanos e Praças poderão ter Conselhos Consultivos, formados por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

§ 1º A representação dos órgãos públicos deverá contemplar órgãos municipais, estaduais e federais que possuem ação naquele espaço, ou em seu entorno.

§ 2º A representação da sociedade civil deverá contemplar pessoas jurídicas que possuem ações naquele espaço, e deverá ser feita através de instituições que representem uma determinada categoria ou setor, preferencialmente por representantes do entorno do Parque Urbano ou Praça.

§ 3º Qualquer entidade interessada poderá provocar a Smam, para fins de criação e implantação do Conselho Consultivo.

§ 4º As entidades deverão postular sua participação junto a Smam.

Art. 7º A composição do Conselho Consultivo deverá ser, preferencialmente, paritária.

Art. 8º A reunião do Conselho Consultivo deverá ser pública, com pauta pré-estabelecida no ato de sua convocação.

Art. 9º Compete ao Conselho Consultivo:

I – elaborar seu regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua implantação;

II – manifestar-se em relação às ações de planejamento, execução de benfeitorias e de manutenção;

III – promover a mediação de interesses dos diversos usuários;

IV – manifestar-se sobre atividades ou obras potencialmente causadoras de impacto no local, ou em seu entorno; e

V – propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população usuária.

Art. 10. O mandato do Conselho Consultivo será de 2 (dois) anos, renovável por igual período, não remunerado, e considerado atividade de relevante interesse público.

### TÍTULO III

#### Das Normas Gerais

## CAPÍTULO I

### Das Disposições para o Usuário

Art. 11. Fica vedado aos usuários dos Parques Urbanos e Praças Municipais:

I – causar danos aos canteiros – Pena: Multa 16,62 (dezesesseis vírgula sessenta e duas) Unidades Financeiras Municipais (UFMs) por metro quadrado de área danificada;

II – destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação, inclusive sementes – Pena: Multa de 249 (duzentas e quarenta e nove) UFMs;

III – plantar nos Parques Urbanos ou Praças qualquer tipo de vegetação, inclusive árvores, flores ou arbustos, sem autorização da Smam – Pena: Advertência e na reincidência multa de 200 (duzentas) UFMs;

IV – banhar-se, lavar roupas, automóveis, animais ou outros materiais nos corpos d'água, naturais ou artificiais, porventura existentes – Pena: Multa 16,62 (dezesesseis vírgula sessenta e duas) UFMs;

V – poluir as águas com materiais ou resíduos colocados, diretamente ou não, nos corpos d'água, naturais ou artificiais, porventura existentes – Pena: Multa de 332,58 (trezentas e trinta e duas vírgula cinquenta e oito) UFMs, sem prejuízo da legislação federal;

VI – obstruir corpos d'água, porventura existentes – Pena: Multa de 332,58 (trezentas e trinta e duas vírgula cinquenta e oito) UFMs, sem prejuízo da legislação federal;

VII – usar aparelho de som, amplificadores, alto-falantes, cornetas ou similares, com finalidades recreativas, doutrinárias ou comerciais não autorizados pela Smam – Pena: Multa de 300 (trezentas) UFMs;

VIII – depositar ou jogar resíduos de qualquer natureza, fora dos recipientes destinados para tal fim – Pena: Multa de 16,62 (dezesesseis vírgula sessenta e duas) UFMs;

IX – abandonar ou possibilitar a permanência de animais, sem o acompanhamento de responsável – Pena: Multa de 16,62 (dezesesseis vírgula sessenta e duas) UFMs por animal;

X – utilizar as áreas dos Parques Urbanos e Praças para pastoreio de animais – Pena: Multa de 16,62 (dezesesseis vírgula sessenta e duas) UFMs, por animal;

XI – conduzir cães sem a guia – Pena: Multa de 16,62 (dezes- seis vírgula sessenta e duas) UFMs, por animal;

XII – não recolher os dejetos de seus animais ou dispor estes dejetos em local inapropriado – Pena: Multa de 16,62 (dezes- seis vírgula sessenta e duas) UFMs;

XIII – caçar, perseguir, maltratar ou aprisionar qualquer espé- cie de animal silvestre ou doméstico – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs, por animal, sem prejuí- zo da Legislação Federal;

XIV – pescar ou apreender qualquer espécie de fauna aquáti- ca nos corpos d'água, naturais ou artificiais, porventura existentes – Pe- na: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e qua- tro) UFMs, sem prejuízo da Legislação Federal;

XV – portar equipamento para caça e pesca – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs e apreensão do equipamento;

XVI – alimentar animais de vida livre sem autorização da Ad- ministração – Pena: Advertência;

XVII – soltar balões com mechas acesas, explosivos perigosos ou ruidosos – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs;

XVIII – utilizar fogos de artifício, quando não especificamente autorizado pela Smam – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs;

XIX – utilizar a área para a divulgação de materiais de cunho religioso, político, cultural, filantrópico e comercial, exceto quando previ- amente autorizado pela Smam – Pena: apreensão Multa de 100 (cem) UFMs;

XX – promover algazarras ou outras atitudes que possam per- turbar a tranqüilidade dos demais usuários – Pena: Multa de 83,14 (oitenta e três vírgula quatorze) UFMs;

XXI – realizar eventos de qualquer natureza, sem autorização da Smam – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs e apreensão dos petrechos;

XXII – deixar nos Parques Urbanos e Praças pertences, obje- tos pessoais e quaisquer equipamentos que comprometam o uso e a cir- culação do local – Pena: Multa de 16,62 (dezes- seis vírgula sessenta e duas) UFMs e apreensão dos petrechos;

XXIII – desenvolver atividades recreativas e esportivas em locais não destinados para tal fim, exceto quando previamente autorizado pela Smam – Pena: Multa de 83,14 (oitenta e três vírgula quatorze) UFMs;

XXIV – fazer fogo fora das churrasqueiras disponíveis ou dos locais previamente autorizados – Pena: Multa de 83,14 (oitenta e três vírgula quatorze) UFMs;

XXV – extrair, retirar ou transportar solo, pedra, ou qualquer outro recurso natural – Pena: Multa de 332,58 (trezentas e trinta e duas vírgula cinquenta e oito) UFMs;

XXVI – depredar, danificar ou causar ato de vandalismo à sinalização existente, assim como a qualquer outro bem do patrimônio público – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs, sem prejuízo da Legislação Federal;

XXVII – pintar ou remover pedras, vegetais, pisos e outras estruturas ou artificiais, exceto quando previamente autorizado pela Smam – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs, sem prejuízo da Legislação Federal;

XXVIII – utilizar ou retirar, para qualquer finalidade, água das fontes, piscinas ou espelhos d'água localizados nos Parques Urbanos e Praças – Pena: Multa de 249,44 (duzentas e quarenta e nove vírgula quarenta e quatro) UFMs;

XXIX – trafegar com veículos autorizados em velocidade além da permitida – Pena: Multa de 83,14 (oitenta e três vírgula quatorze) UFMs;

XXX – trafegar ou estacionar com veículos em locais não autorizados pela Smam – Pena: Multa de 83,14 (oitenta e três vírgula quatorze) UFMs;

XXXI – efetuar reparos em veículos e substituição de pneus, excetuando-se os casos de emergência, bem como troca de óleo e lavagem – Pena: Multa de 83,14 (oitenta e três vírgula quatorze) UFMs;

XXXII – fazer uso indevido de Autorização de Evento emitida pela Smam – Pena: Multa de 200 (duzentas) UFMs; e

XXXIII – promover atividades comerciais ou de prestação de serviços, fixas, ambulantes ou temporárias, nos Parques Urbanos e Praças Municipais, sem estar devidamente autorizado – Pena: Multa de 150 (cento e cinquenta) UFMs, e apreensão dos equipamentos e materiais.

## CAPÍTULO II

### Das Disposições para Exploração Comercial

## e Prestação de Serviços

### Seção I

#### Das Disposições Gerais

Art. 12. As Autorizações para o exercício de atividades comerciais ou de prestação de serviços ambulantes, temporárias ou fixas, nos Parques Urbanos e Praças, dar-se-ão à título precário, obedecidas as normas de localização estabelecidas pela Smam e de comercialização estabelecidas pela SMIC.

Parágrafo único. Para efeitos deste Regulamento considera-se como atividade comercial a prestação de serviço:

I – ambulante, desenvolvida em local pré-determinado, com equipamentos móveis, que seja retirado do Parque Urbano ou Praça, após o encerramento das atividades;

II – temporária, aquela de caráter esporádico e eventual, não podendo ultrapassar a 90 (noventa) dias, sem possibilidade de prorrogação; e

III – fixa, a desenvolvida em local determinado, com equipamento fixo, sujeita às condicionantes de localização estabelecida pela Smam e autorização da SMIC.

Art. 13. Compete à Smam a definição dos locais em Parques Urbanos ou Praças, passíveis de implementar atividade comercial ou de prestação de serviço ambulante ou fixa.

§ 1º Os locais de que trata o 'caput' deste artigo, serão informados à SMIC, que adotará os procedimentos de estilo com vista à expedição das autorizações.

§ 2º A SMIC enviará à Smam, relação dos ambulantes autorizados para o exercício de suas atividades nos Parques Urbanos e Praças.

§ 3º Compete à SMIC a fiscalização da atividade comercial ou de prestação de serviço ambulante ou fixa nos Parques Urbanos e Praças.

Art. 14. Fica vedado alienar ou ceder, a qualquer título ou natureza, a autorização para o exercício de atividade comercial ou de prestação de serviço.

Art. 15. A SMIC somente expedirá autorização para as atividades comerciais ou de prestação de serviços ambulantes, temporárias ou fixas, para os locais previamente autorizados pela Smam.



§ 1º Os locais autorizados pela Smam, serão demarcados nas plantas baixas dos parques e praças pela Divisão de Projetos e Construções (DPC), DA Supervisão de Parques, Praças e Jardins (SPPJ), da Smam.

§ 2º Ressalvado o exposto no § 1º e 'caput' deste artigo, os processos de autorização para as atividades comerciais ou de prestação de serviços ambulantes, temporárias ou fixas, serão tratados exclusivamente pela SMIC.

§ 3º Resguardado o interesse público, compete à Smam definir a destinação das edificações existentes nos Parques e Praças, podendo estas serem exploradas por atividades comerciais ou de prestação de serviços, desde que obedecidas as regras de licitação e atendidas as exigências da SMIC .

Art. 16. A Autorização concedida para fins do exercício da atividade de comércio ou prestação de serviço em Parques Urbanos ou Praças, será cassada quando não forem observadas as normas contidas neste Regulamento e demais dispositivos de natureza legal, em especial a legislação que regula as atividades comerciais e de prestação de serviços localizadas ou ambulantes no Município de Porto Alegre.

Parágrafo único. Compete à SMIC a cassação de que trata o 'caput' deste artigo.

## Seção II

### Da Atividade Comercial e Prestação de Serviço em Geral

Art. 17. Aos autorizados para o exercício de atividades comerciais ou de prestação de serviço, incumbe:

I – submeter à aprovação da SMIC o equipamento a ser utilizado;

II – manter o equipamento nas condições em que foi aprovado pela SMIC;

III – zelar pelas condições de segurança do seu equipamento perante terceiros;

IV – comercializar somente produtos que atendam às necessidades de abastecimento do local a que se destinam, cabendo à SMIC defini-los;

V – manter exposto em local visível o devido alvará de autorização pela SMIC;

VI – responsabilizar-se pela coleta e destinação dos resíduos ou invólucros dos produtos de sua comercialização;

VII – afixar no equipamento o preço dos serviços ou produtos;

VIII – manter o(s) extintor(es) de incêndio em lugar(es) acessível(is) e com carga dentro de sua validade;

IX – submeter à apreciação da SMIC, a propaganda a ser afixada no equipamento, que deverá, em qualquer caso, referir-se apenas ao produto ou prestação de serviço, excetuados aqueles equipamentos de comércio ou prestação de serviços ambulantes cuja publicidade seja autorizada pela Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008;

X – dispor de coletores de lixo e proceder a sua substituição em conformidade com os critérios da SMIC;

XI – responsabilizar-se pela limpeza do entorno de seu equipamento, de acordo com a área definida pela administração do Parque Urbano ou Praça;

XII – retirar seus equipamentos do interior do Parque Urbano ou Praça após o encerramento das atividades, ou depositar em local previamente autorizado pela administração;

XIII – zelar pelo patrimônio público, inclusive informando à Administração do Parque Urbano ou Praça, em casos de danos; e

XIV – promover, concomitantemente com a atividade comercial, iniciativas de educação ambiental definidas pela Smam.

Parágrafo único. A SMIC em conjunto com a Smam, definirão as regras para a colocação e tipo dos coletores de lixo, de forma a harmonizar com o padrão adotado pela Smam ou o Adotante do Parque ou Praça.

### SEÇÃO III

#### Da Seleção dos Comerciantes ou Prestadores de Serviços Ambulantes

Art. 18. A seleção dos comerciantes ou prestadores de serviços ambulantes em áreas de Parques Urbanos e Praças, observará os procedimentos e normas aplicadas pela SMIC para este tipo de atividade, respeitadas as disposições deste Regulamento.

### CAPÍTULO III

#### Das Disposições para a realização de Eventos nos Parques Urbanos e Praças

Art. 19. A utilização de Parques Urbanos e Praças para eventos de qualquer natureza por pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, deverá ser precedida de análise da Smam, que poderá autorizar ou não a solicitação.

Art. 20. A realização de eventos, será concedida através de autorização da Smam, na qual constarão as condições para a realização do evento.

§ 1º Todos os eventos deverão ser gratuitos ao público, a exceção dos eventos tradicionalmente cobrados, como parques de diversão, circos e outros, que deverão ser autorizados pela SPPJ.

§ 2º Áreas liberadas para estacionamento durante eventos nos Parques Urbanos e Praças, serão compensados na forma do art. 22 deste Regulamento, devendo ter autorização específica da Smam.

§ 3º Excepcionalmente, em eventos realizados por órgãos públicos, a compensação prevista no § 2º poderá ser dispensada, a critério do Secretário Municipal do Meio Ambiente.

§ 4º A Smam será representada por ocasião da assinatura da autorização referida no 'caput' deste artigo através do Diretor da Divisão de Praças, Parques e Jardins (DAPPJ), da Smam.

Art. 21. A Autorização para realização de Eventos nos Parques Urbanos e Praças, deverá ser solicitada, por escrito ao órgão ambiental, com 15 (quinze) dias de antecedência, com os seguintes requisitos:

I – nome completo da instituição ou responsável;

II – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável;

III – endereço completo da instituição ou responsável;

IV – data e local da utilização;

V – telefone e 'e-mail' para contato;

VI – hora do início e término do evento, especificando, também, o tempo necessário para montagem e desmontagem dos equipamentos porventura necessários à atividade;

VII – previsão do número de participantes;

VIII – finalidade da utilização;

IX – indicação de um representante da entidade junto à Smam, com o respectivo telefone e 'e-mail' para eventuais contatos, durante e após o período de utilização do Parque Urbano ou Praça;

X – área a ser utilizada em Praça ou Parque Urbano, indicada em m<sup>2</sup> metros quadrados;

XI – detalhamento, quando solicitado pela Smam, de como acontecerá a atividade;

XII – informar se haverá utilização de equipamento sonoro e, caso afirmativo, descrever o equipamento (marca, modelo, potência) e sua forma de uso, tais como horário, uso de som mecânico, uso de microfone, uso de instrumentos musicais, descrição dos instrumentos musicais que serão utilizados;

XIII – na eventualidade de instalação de palco por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, o autorizado deverá apresentar à Smam cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela montagem do palco e, de posse da autorização da Smam, providenciar junto à Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) a devida autorização para a construção do palco;

XIV – croqui e memorial descritivo com equipamentos, aparelhos e estruturas que pretende utilizar, forma de distribuição e fixação no Parque Urbano ou Praça, bem como a forma que serão conduzidos para o interior dos Parques Urbanos ou Praças;

XV – em eventos com previsão de público superior a 500 (quinhentas) pessoas, deverá ser anexado ao pedido de autorização, cópia de correspondência, padronizada pela Smam, enviada pelo solicitante à Brigada Militar, Guarda Municipal e a EPTC, comunicando sobre o evento; e

XVI – em eventos que se pretenda utilizar equipamentos esportivos dos Parques Urbanos e Praças, anexar Autorização da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer (SME).

Parágrafo único. Quando o pedido for em prazo inferior a 15 (quinze) dias, a autorização será concedida para 15 (quinze) dias depois.

Art. 22. A atividade em Parques Urbanos e Praças que pretenda veicular qualquer tipo de publicidade ou promoção, deverá ser autorizada pelo órgão ambiental, mediante compensação.

§ 1º A Compensação referida no 'caput' deste artigo será efetivada:

I – pelo depósito de 80 (oitenta) UFM's, por módulo de 18m<sup>2</sup> (dezoito metros quadrados) ou fração de área autorizada, no Fundo Pró-Defesa Municipal do Meio Ambiente, antes da emissão da Autorização,

nos Parques Farroupilha, Maurício Sirotsky Sobrinho, Moinhos de Vento e Praça Carlos Simão Arnt;

II – pelo depósito de 20 (vinte) UFM's, por módulo de 18m<sup>2</sup> (dezoito metros quadrados) ou fração de área autorizada, no Fundo Pró-Defesa Municipal do Meio Ambiente, antes da emissão da Autorização para os demais parques urbanos e praças;

III – pelo depósito de 4.700 (quatro mil e setecentas) UFM's no Fundo Pró-Defesa Municipal do Meio Ambiente, para a utilização do Anfiteatro Pôr-do-sol; e

IV – eventos que excedam a 3 (três) dias, computados o período entre o início da montagem ao final da desmontagem, deverão depositar mais 20 (vinte) UFM's, por dia adicional, por módulo de 18m<sup>2</sup> (dezoito metros quadrados) ou fração de área autorizada, no Fundo Pró-Defesa Municipal do Meio Ambiente, antes da emissão da Autorização.

§ 2º O valor recolhido a título de compensação poderá ser convertido em materiais, equipamentos ou serviços preferencialmente no local onde for realizado o evento, devendo ser comprovado, junto ao processo de Autorização, pelas respectivas Notas Fiscais de Prestação de Serviços ou fornecimento de materiais ou equipamentos.

§ 3º Deverá constar na Autorização que, em caso de dano material no local de realização do evento, o autorizado tem até 20 (vinte) dias para a recuperação dos danos, sob pena de multa no valor de 40 (quarenta) UFM's , por módulo de 18m<sup>2</sup> (dezoito metros quadrados) ou fração de área autorizada para o evento.

§ 4º No caso de eventos sociais, comunitários sem fins lucrativos, de interesse público, não será exigida a compensação pelo uso do espaço público, desde que não estejam vinculados a exposição de marcas, serviços ou produtos de patrocinadores, e desde que o impacto ambiental no local do evento não seja significativo, a critério da Smam, sem prejuízo do constante no § 3º deste artigo;

§ 5º A Smam não devolverá os valores depositados no Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente, nem indenizará por compensações realizadas por conversão em materiais, equipamentos ou serviços, no caso de não realização dos eventos, neste caso o autorizado poderá realizar um evento nos mesmos moldes do autorizado, sem recolhimento de nova compensação, no prazo de 1 (um) ano, com nova autorização, condicionada à disponibilidade de data vaga para realização do mesmo, a critério da Smam.

§ 6º Para eventos nos Parque Natural Municipal Saint'Hilaire, Parque Natural Municipal Morro do Osso, Reserva Biológica do Lami – José Lutzemberger, e demais Unidades de Conservação a serem criadas,

a autorização dependerá de prévia anuência do Gestor da Unidade de Conservação.

Art. 23. Os eventos autorizados pela Smam não serão adiados automaticamente, no caso da não realização na data prevista.

Art. 24. A autorização para uso do Parque Urbano ou Praça não isenta o requerente de providenciar outras medidas necessárias à realização do evento, como o recolhimento de seguros e taxas, limpeza, segurança, trânsito e abastecimento de energia.

Art. 25. O Requerente será responsabilizado pelos atos de seus funcionários e prepostos perante a Administração Pública, ficando sujeito às penalidades de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Além das normas previstas neste Capítulo, aqueles que realizarem Eventos em Parques Urbanos e Praças, ficam sujeitos às normas estabelecidas para os usuários, conforme o art. 11 deste Regulamento.

## CAPÍTULO IV

### Das Disposições para os Servidores Municipais

Art. 26. O disposto neste Capítulo abrange os Parques Urbanos, Parques Naturais Municipal e Reserva Biológica do Lami – José Lutemberger, demais Unidades de Conservação a serem criadas, bem como as Praças administradas pelo Município de Porto Alegre.

Art. 27. Nos Parques onde existem residências de servidores públicos municipais, além das normas disciplinares estatutárias, os residentes ficam sujeitos às normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 28. Os servidores que se aposentarem, bem como os familiares de servidores falecidos terão prazo de 1 (um) ano para desocuparem a área, contado da data da notificação.

Parágrafo único. Os servidores que perderem o vínculo com a municipalidade terão prazo de 3 (três) meses para desocupar o local, contados da data da notificação.

Art. 29. Fica vedado aos servidores públicos residentes nos Parques Urbanos, Naturais e Praças:

I – ampliar a área onde residem, construir novas edificações ou permitir a outrem que as faça;

II – permitir ou autorizar qualquer pessoa a construir, ampliar ou reformar edificação ou instalação dentro das áreas referidas no art. 26 deste Regulamento, ou de sua moradia;

III – reformar sua moradia, construir cercas, tapumes ou assemelhados, salvo com autorização da Smam;

IV – sublocar peças ou partes de sua moradia;

V – utilizar direta ou indiretamente produtos das áreas referidas no art. 26 deste Regulamento, provenientes da fauna e da flora ou de outros recursos naturais;

VI – explorar ou utilizar as áreas referidas no art. 26 deste Regulamento, inclusive a área de moradia, com fins comerciais; e

VII – permitir a terceiros acesso às áreas referidas no art. 26 deste Regulamento, pela área de terra de sua moradia ou adjacências.

Art. 30. São deveres dos servidores públicos residentes nos Parques Urbanos, Unidades de Conservação e Praças:

I – comunicar à Administração ou à Fiscalização da Smam, imediatamente, toda e qualquer ocorrência que infrinja este Regulamento;

II – zelar pela preservação ambiental do local, comunicando imediatamente a Administração ou à Fiscalização da Smam, toda e qualquer ocorrência de dano ou risco de dano ambiental;

III – comunicar à Administração ou à Fiscalização da Smam, imediatamente, a ocorrência de invasão nas áreas adjacentes; e

IV – seguir a orientação técnica da Administração, quanto ao melhor uso do solo na área onde residir.

Parágrafo único. Após a desocupação da moradia por qualquer dos motivos previstos neste Regulamento, deverá a construção ser demolida, ficando vedada a transferência da residência para terceiros, ainda que funcionários da Administração Pública Municipal.

Art. 31. Fica facultado aos servidores residentes, o plantio de árvores nativas, sejam elas frutíferas ou ornamentais, nas áreas limítrofes de sua residência, desde que não se destinem à exploração comercial, e desde que o plantio seja previamente autorizado pela Administração.

Art. 32. Fica proibida a emissão de autorização, a qualquer título, de instalação de novas moradias em áreas referidas no art. 26 deste Regulamento.

## TÍTULO IV

### Dos Procedimentos e das Penas

Art. 33. Os procedimentos relativos à aplicação de penalidades, defesas e recursos administrativos, obedecerão ao disposto na Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975, Lei nº 10.605, de 2008, e ao Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, quando cabível.

## TÍTULO V

### Das Disposições Finais

Art. 34. Aplicam-se, no que couberem, os preceitos insertos na Lei Complementar nº 12, de 1975, Lei Complementar nº 65, de 22 de dezembro de 1981, Decreto Federal nº 6.514, de 2008, Lei nº 10.605, de 2008, bem como os demais dispositivos de natureza legal.

Art. 35. As Autorizações para o exercício das atividades de que trata este Decreto, constituem ato administrativo discricionário e precário, sujeitas à revogação dentro dos critérios de conveniência e oportunidade da SMIC.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no 'caput' deste artigo, aquelas atividades que se dão mediante Termo de Permissão de Uso oriundos de procedimento licitatório, que reger-se-ão pelo contrato.

Art. 36. As atividades comerciais ou de prestação de serviços, fixas e temporárias, ficarão sujeitas a transferência do local autorizado com base em novas áreas determinadas pela Smam." (NR)

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto nº 15.343, de 30 de outubro de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 24 de setembro de 2012.

José Fortunati,  
Prefeito.

Luiz Fernando Zachia,  
Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Registre-se e publique-se.

Urbano Schmitt,  
Secretário Municipal de Gestão e  
Acompanhamento Estratégico.

*Publicado no Diário Oficial de Porto Alegre de 09/10/2012*